

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



12/06/2019
QUARTA-FEIRA

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





TCE

Diferentemente do que foi publicado no artigo *As contas dos governadores* da jornalista Cileide Alves (domingo, 9), o placar final do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Goiás sobre as contas do governador de 2018 não foi “5x0”, mas de três votos pela rejeição e dois pela aprovação. Quando o resultado já havia sido homologado, o conselheiro Kennedy Trindade declarou que, embora discordasse, “abraçava” a tese vencedora como prova de respeito à decisão e ao colegiado, no que foi acompanhado pelo conselheiro Helder Valin. Encerrada a sessão, os conselheiros reiteraram ao presidente que a declaração não implicava em mudança de voto, divergente do relator e pela aprovação das contas. A Diretoria de Comunicação do TCE-GO deu publicidade a este esclarecimento. No dia 6, o próprio POPULAR informou em reportagem que a declaração dos conselheiros não significou mudança de voto.

HELOÍSA LIMA

Diretora de Comunicação do TCE-GO



ECONOMIA

Corte de incentivos faz crescer receita do Estado

ARRECAÇÃO Resultado nos cinco primeiros meses do ano reflete redução de benefícios, com alta de 29,14% no Protege e de 11,7% no ICMS

Katharina Alessandri
Colaboradora do O Popular em Curitiba

A receita do Estado do Paraná cresceu 9,84% de janeiro a maio de 2019 em relação ao mesmo período de 2018. Entre os principais impulsionadores está o Fundo de Proteção Social do Estado do Paraná (Protege), cuja arrecadação saltou de R\$ 185,123 milhões para R\$ 239,077 milhões. Um acréscimo de 29,14% atingido por conta da desativação dos incentivos fiscais, por meio da qual empresas beneficiadas passaram a ter de receber mais para o fundo. A tributação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC), fechou 2018 em 1,75%.

O resultado da arrecadação maior não significa uma situação confortável para caixa, como pondera a secretária de Economia, Cristiane Schmidt. Ela explica que a situação ainda é delicada e que o déficit atinge R\$ 500 milhões por mês. "Seu agente não conhece gasto e aumentasse receita, o nome seria 'gigantesco', seria ao dizer que é por centenas de vezes, por exemplo, que o governo consegue fazer o cronograma de pagamento da dívida de dezembro de 2018. Não se tratam 20 anos em cinco meses", argumenta.

Entre os destaques da receita, o maior incremento do Protege só ocorreu a partir de abril, quando a lei sancionada pelo ex-governador José Hilton (PSDB) — a que cobra um adicional de arrecadação do governador Ronaldo Caiado (DEM) — passou a valer. O efeito para a arrecadação começou a contar em maio e já revela o impacto que a redução dos incentivos fiscais — uma das primeiras ações do déficit pelo

governo atual — terá para o ano.

"Mostra que a gente tem de refletir sobre toda a questão das renúncias, fazer estudos setoriais e ver se não tem gorduras", defende Cristiane Schmidt ao explicar que os benefícios do Imposto de Renda e foram relevantes para o Estado. "Mas podemos compensar o tamanho da renúncia".

ICMS

Outra fonte de receita que auxiliou o caixa estadual e também refletiu o impacto da redução dos incentivos fiscais é o ICMS. Nos primeiros cinco meses do ano, foram arrecadados R\$ 6,230 bilhões ante R\$ 5,497 bilhões no mesmo período de 2018. A secretária, no entanto, ressalta que o incremento é fruto de uma força-cabeça e do plano de ação da pasta em relação à legislação fiscal e seria apenas o começo do trabalho.

"O impacto da queda da renúncia veio somente no sétimo mês. Nos quatro primeiros, não teve impacto, porque era novembro. Desde o começo do ano houve aumento de receita." O ICMS, principal imposto estadual, teve o quinto maior crescimento na arrecadação do País se considerarmos o primeiro trimestre, segundo o relatório do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confa). De janeiro a março, o crescimento foi de 11,7%.

O primeiro trimestre, ainda, teve variação na arrecadação acumulada do ICMS, IPVA e ITCMD de 11,31%, enquanto no País a taxa média alcançou 0,92%, segundo a Secretaria de Economia. A participação paranaense que foi arrecadada no Centro-Costa também sobiu. Passou de 32,61% para 33,84% na comparação entre os três primeiros meses de 2018 e deste ano.

PLANEJAMENTO

Pelo planejamento e pelas ações mais rigorosas, Cristiane Schmidt acredita que a receita se mantém em alta no Estado. Ela cita a combinação da sustentação de tributos e o aumento de arrecadação com vistas a investimentos tidos como críticos. "É um trabalho conjunto e mostra que a Secretaria de Economia está focada na questão da receita e não só nos períodos curtos de gastos".

Entre as ações para incremento da receita, explica ainda

Dinheiro no caixa

Veja incremento de receita alcançado pelo Estado nos primeiros cinco meses do ano

	Janeiro a maio de 2018	Janeiro a maio de 2019	Variação
ICMS	R\$ 6,230 bilhões	R\$ 6,870 bilhões	10,28%
IPVA	R\$ 497,832 milhões	R\$ 548,344 milhões	10,15%
ITCMD	R\$ 111,157 milhões	R\$ 112,045 milhões	0,80%
Outras receitas	R\$ 153,633 milhões	R\$ 101,636 milhões	-33,84%
Outras tributas	R\$ 232,596 milhões	R\$ 268,145 milhões	15,28%
Protege	R\$ 185,123 milhões	R\$ 239,077 milhões	29,14%

TOTAL	7,410 bilhões	8,140 bilhões	9,84%
--------------	----------------------	----------------------	--------------

Fonte: Secretaria de Economia



Secretária de Economia, Cristiane Schmidt, fala na arrecadação

Resultado é o melhor em 5 anos

Somente a receita tributária do Estado, que inclui ICMS, IPVA, ITCMD e outros tributos, teve alta de 10,52% de janeiro a maio deste ano se comparada com o mesmo período de 2018. Isso representa o melhor desempenho em cinco anos tanto pela variação positiva quanto pelo valor total arrecadado. De acordo com dados da Secretaria de Economia, atingiu R\$ 7,410 bilhões.

Para esse mesmo período, o segundo melhor resultado foi o do ano passado, com R\$ 7,077 bilhões. Já em termos de crescimento, outro ano que apresentou melhor desempenho foi 2016, com 10,22% de incremento em relação ao período em 2015, o segundo ano desde o início da crise econômica.

"Gobis tem sido reestruturada para outros Estados em matéria de arrecadação e fiscalização. Trabalhamos com tecnologia de ponta nas diversas frentes administrativas por meio de delegações nacionais especializadas pelo Estado", ressalta par parte o presidente do Sindicato dos Funcionários do Povo do Estado do Paraná (Sinfuco-POV), Paulo da Cunha, sobre o incremento da receita estadual.

O desempenho é justificado pela Secretaria de Economia também pela sustentabilidade, com priorização da arrecadação, o gesto para garantir o ingresso de receita, com esforços para que o valor das despesas não ultrapasse o valor das receitas. Nesse último caso, a pasta informa que implantou melhorias por meio de qualificação de pessoal e utilização de novas ferramentas tecnológicas.

Já também trabalho de gestão junto às empresas que têm alta possibilidade de liquidação dos ativos tributários. "O trabalho positivo da Secretaria de Economia é de toda a sua equipe. Temos um PPA focado em resultados e metas", celebra a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, sobre os primeiros resultados e frente da pasta.

que estão em execução para resultado em curto prazo projetos com uso de nova tecnologia na fiscalização de tributos, a fim de melhorar a arrecadação do IPVA no Estado. Já em curso também uma reestruturação de delegações nacionais fiscais. A secretária afirma que as 12 instituições atuam "completamente autônomas". O Estado não conseguiu reestruturar todas, mas Cristiane diz que já implantaram melhorias em parte delas.

FUTURO

Para o futuro, estão em discussão uma ação conjunta com Estados vizinhos como estratégia que pode ajudar o caixa. Já houve reuniões com representantes estaduais para dividir esforços e custos com a arrecadação. A ideia é utilizar projeto gota que foi até proibido e que utiliza inteligência artificial para melhorar a fiscalização nas fronteiras e estradas. A intenção também seria definir o número de pessoas nas ações de fiscalização.

"Promovi uma primeira reunião com secretários dos Estados limítrofes, quando conversamos do nosso próximo. Temos uma agenda reunida em Curitiba (DF) e já o secretário fez elogios à atuação", comenta a secretária de Economia. Ela diz que com uso de inteligência artificial e novas tecnologias, além de esforços divididos com outros Estados, é possível que outras pastas também colaborem, em parceria com a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Go-Infra) e a Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa).

O Instituto Maua (Instituto Maua de Tecnologia e Inovação) também contribui para oferecer inteligência às instituições da economia. Entre os pontos que começam a ser analisados estão o custo e os benefícios da isenção fiscal. Cristiane Schmidt, a intenção é de fortalecer a política pública ao verificar os ganhos para o Estado. "Agora, não conseguimos dar consultado de nível paranaense, muito embora nos coligamos com o trabalho de outras regiões sobre a situação de cada"

“Mostra que a gente tem de refletir sobre toda a questão das renúncias, fazer estudos setoriais e ver se não tem gorduras”.

Cristiane Schmidt, secretária de Economia sobre incremento na receita do Protege



Projeto de lei prevê fiscalização de obras públicas paralisadas em Goiás

Goiânia- O deputado estadual Paulo Cezar Martins apresentou dois projetos de lei na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) que tratam da implantação de ferramentas para aumentar a fiscalização e o acompanhamento do andamento de obras públicas feitas com recursos do Governo de Goiás.

Os documentos seguem para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Uma das propostas define a adoção do Livro de Ordem em todas as fases de uma obra pública no âmbito estadual.

“Este mecanismo funciona a partir do registro online, por parte do profissional responsável, de cada uma das fases que envolvem uma obra pública, como terraplanagem, fundação, estrutura, entre outros. A lei que apresentei determina que as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) sejam uma exigência prevista nos editais e nos contratos das obras e serviços de engenharia de responsabilidade do Estado de Goiás, inclusive na licitação, na execução e na fiscalização de obras públicas.

Segundo este projeto de Paulo Cezar Martins, o Livro de Ordem deve ser mencionado já na licitação das obras feitas com recursos do Estado de Goiás. “Acredito que esta ferramenta vai oferecer mais transparência ao processo, permitir acompanhar o andamento das obras tanto na fiscalização quanto na execução da obra”, declara o autor da proposta.

Para Paulo Cezar Martins, a ideia de propor esta lei surgiu a partir da Resolução do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) que trata da obrigatoriedade do Livro de Ordem e de uma Nota Técnica do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás (Crea-GO) sobre a adoção do mesmo em obras públicas.

Obras paralisadas

O outro Projeto de Lei apresentado na Alego institui a obrigatoriedade da divulgação de informações referentes às obras públicas paralisadas e feitas com recursos do Estado de Goiás. “Com o objetivo de oferecer mais transparência, a lei exige a produção de um relatório após 90 dias de atividades interrompidas, contando os motivos, o tempo previsto de interrupção e a data prevista para a retomada da obra”, explica Paulo Cezar Martins.

Além da produção de um relatório detalhado, o projeto de lei cita a obrigatoriedade de envio deste documento à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).



Enel oferece descontos para compra de eletrodomésticos

- O programa de sustentabilidade Luz Solidária Enel está com inscrições abertas durante todo o mês de junho para entidades, associações ou ONGs submeterem projetos para concorrer a apoio financeiro de cerca de R\$ 4 milhões para os projetos selecionados, com execução a partir de janeiro de 2020. Para saber como participar do projeto, basta acessar o site www.luzsolidaria.com.br
- O Luz Solidária concede descontos aos clientes das distribuidoras da Enel na compra de eletrodomésticos eficientes. Além disso, contribui com o desenvolvimento de projetos sociais parceiros, por meio de incentivos financeiros, e com a preservação do meio ambiente.
- Segundo a Enel, desde a sua criação, o programa já trocou 62 mil eletrodomésticos, concedeu mais de R\$ 59 milhões de bônus aos clientes e concedeu cerca de R\$ 7,3 milhões a 224 projetos de geração de renda, meio ambiente, direitos humanos e capacitação nos estados do Ceará, Goiás e Rio de Janeiro.